



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional

**Movimentos Sociais Participação e Democracia**

11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil

Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais \_ NPMS

---

## **O discurso do protagonismo juvenil, presente nas Políticas Públicas de Juventude, como expressão de combate à exclusão social.**

**Roberta Medeiros Ferreira**

Universidade Federal de Pernambuco

### **Resumo:**

O presente artigo objetiva apresentar os resultados da pesquisa de mestrado realizada no intuito de investigar as contribuições de uma política pública para a inclusão da juventude na sociedade, por meio da construção efetiva de sua cidadania. Metodologicamente, o estudo contou com uma pesquisa documental. Os resultados apontam que os jovens em situação de risco não concretizam a sua participação como protagonistas juvenis, pois o discurso do protagonismo, presente nas políticas governamentais tende a homogeneizar a compreensão das identidades juvenis.

Palavras-Chaves: Protagonismo, Juventude, Identidade, Políticas Públicas

### **Introdução**

A condição juvenil, nos anos de 1990, passou a ocupar o cenário social a partir das cifras da violência e da criminalidade. Curiosamente, essa associação configurou-se também como um eixo articulador de um conjunto de ações governamentais e não-governamentais voltadas à valorização dos direitos de diferentes segmentos da juventude brasileira. Dessa ótica, o protagonismo passou a representar a solução, apontada por diferentes atores, para o sucesso das políticas de inclusão dos jovens. Nas últimas décadas, torna-se crescente no Brasil a atenção dada a esta parcela da sociedade e variados projetos e ações foram criados focando questões como drogas, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, desemprego e violência. Por outro lado, começa a surgir uma demanda por políticas que não se limitem a serem reparatórias ou compensatórias, mas que contribuam para a construção da cidadania juvenil. Em outras palavras, há no momento atual um debate que busca novos rumos para tornar a política de juventude capaz de contribuir para a criação de futuros projetos, planos e programas mais articulados com os sujeitos e suas necessidades.

O trabalho enfatiza a necessidade de estudar a ação das Políticas Públicas voltadas para a Juventude, posta em prática, face às necessidades dos jovens residentes em áreas com altos índices de pobreza e criminalidade. Questão esta que não se dá por acaso, tendo em vista os altos índices de violência e criminalidade juvenil, nos quais, 10,2% dos jovens brasileiros, entre 15 e 24 anos, são analfabetos, cerca de 50% estão desempregados e 21,7% são óbitos registrados (Brasil. IBGE, 2004).

Diante deste contexto, o presente artigo procura pensar na possibilidade da constituição dos jovens como participantes de um conjunto efetivo de oportunidades para realizarem uma vida considerada significativa. Neste sentido, a hipótese inicial era a de que o discurso do protagonismo visava diluir os efeitos perversos gerados pela associação unívoca entre os jovens, sobretudo, os jovens pobres, e a violência, tendo em vista que essa associação acabava por gerar representações nas quais esses jovens são percebidos como sujeitos potencialmente perigosos. Assim, intervenções



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional

**Movimentos Sociais Participação e Democracia**

11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil

Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais \_ NPMS

---

junto a esses segmentos, inspiradas pelo discurso do protagonismo, permitiriam construir identidades cidadãs sem com isso alimentar processos de discriminação ou segregação, uma vez que o protagonismo seria o caminho para extrair o jovem da condição de vulnerabilidade, sendo essa a causa apontada para o envolvimento dos jovens pobres em situações de risco pessoal e social.

Nossa questão de pesquisa, portanto, consistiu em analisar os sentidos atribuídos ao protagonismo e de que forma esses sentidos contribuem para uma alteração nas representações que historicamente foram construídas sobre as identidades dos segmentos juvenis das periferias urbanas. Assim perguntamos: o que se pretende com o discurso do protagonismo no qual os jovens pobres - ora tidos como um grupo vulnerável e de risco - são entendidos como atores principais? Quais são os limites e possibilidades quando pensamos os jovens, que estão inseridos no contexto das periferias urbanas, como protagonistas?

No tocante a maioria dos projetos que tem como público alvo os jovens ou adolescentes que se encontram em desvantagem social ou em risco. Verifica-se que ainda persiste o uso de termos estereotipados que são empregados para se referir aos jovens que vivem fora do vínculo familiar, já sofreram exploração sexual, se encontram envolvidos com o consumo ou tráficos de drogas, praticam atos de delinquência ou violência, etc.

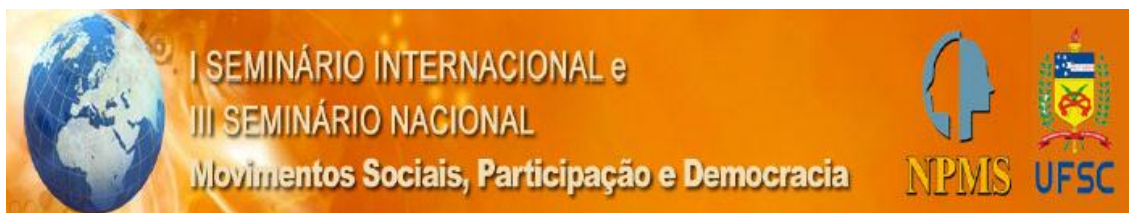
Por fim, espera-se contribuir de alguma forma para inserir, na discussão recente a respeito dos problemas relativos à exclusão social tomando como enfoque teórico as políticas públicas e a condição juvenil, uma compreensão da juventude não apenas como uma etapa de socialização e maturação, mas como valor, apresentado pelos jovens no desempenho do seu papel político social.

## **1. O protagonismo juvenil nas Políticas Públicas de juventude como forma de inclusão social**

Em sua origem etimológica, a palavra protagonista significa em língua portuguesa *prôtos* - primeiro e *agôniste* - lutador (dos jogos públicos). A noção transmite a idéia do sujeito como ator principal de um espaço público. Aponta ainda para a personagem principal de uma peça dramática. Nesse caso, o protagonista seria a pessoa que desempenha ou ocupa o primeiro lugar em um acontecimento.

Sempre vagamente definida, a expressão começou a circular no discurso político brasileiro na última década. Em alguns momentos, a noção de protagonismo parece se referir a um método, um princípio ou eixo pedagógico cuja ênfase na atividade do jovem a quem se dirigem as medidas sócio-educativas o deslocaria de uma posição considerada passiva, de mero beneficiário, para uma posição de participação ativa. Outras vezes, a noção parece querer designar certa capacidade intrínseca ao jovem, a de ser protagonista no desenvolvimento do País, da comunidade em que vive e do seu próprio crescimento. Mas vale ressaltar que a imprecisão do termo não é um fator de debilidade do discurso, mas uma importante estratégia na fabricação dos consensos que a noção articula e desenvolve.

Embora saibamos que, no nosso país, há uma distância enorme entre a lei e a realidade, e que as formas de acesso ao reconhecimento de direitos são ainda limitadas, são inegáveis os avanços conquistados, os quais contribuíram para consolidar “uma nova representação social da criança e do



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional  
**Movimentos Sociais Participação e Democracia**  
11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil  
Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais \_ NPMS

---

adolescente, que os toma como sujeitos de direitos, que não os categoriza, como pobres, pretos, abandonados, ou quaisquer outras classificações” (PINHEIRO, 2001, p. 62). Mas, do ponto de vista mais estrito desse trabalho, a principal mudança ocorre, nos anos 1990, quando se fixa a idéia de que a juventude constitui-se como um segmento populacional específico, cujas demandas não seriam satisfatoriamente supridas por políticas setoriais (cf. UNESCO, 2005, p. 94).

Entretanto, apesar do discurso universalizante dos direitos, as políticas públicas recomendadas permanecem se dirigindo, sobretudo, aos segmentos da juventude em situação de pobreza e exclusão, considerados especialmente vulneráveis ao desemprego, à violência, às drogas, à AIDS, à gravidez não desejada, etc. Por isso, não casualmente, dois fatores são considerados decisivos quando se pretende analisar o protagonismo dos jovens pobres: o trabalho sócio-educativo e a concessão de bolsas/benefícios. Essas estratégias associadas ao trabalho pedagógico de construção de valores, como responsabilidade social, solidariedade, abririam uma perspectiva de enfrentamento à violência e à exclusão social. Nesta perspectiva,

o protagonismo juvenil é parte de um método de educação para a cidadania que prima pelo desenvolvimento de atividades em que o jovem ocupa uma posição de centralidade, e sua opinião e participação são valorizadas em todos os momentos... A ênfase no jovem como sujeito das atividades contribui para dar-lhes sentidos positivos e projetos de vida, ao mesmo tempo que condizem à reconstrução de valores éticos, como os de solidariedade e responsabilidade social (ABROMAVAY et al, 2002, p. 62).

O protagonismo visaria o desenvolvimento de atividades que provoquem os jovens a tomar iniciativas, a assumir um papel de sujeito, saindo da condição passiva de expectador para ser ator, e mais, ator principal. Trata-se de um processo educativo que passaria pela exigência de práticas onde os jovens possam exercitar valores e desenvolver o sentimento de pertença, enfatizando a construção de um capital social.

Dessa ótica, portanto, a maior parte das medidas propostas tem por finalidade a integração da juventude pobre mediante o acesso a serviços, à inserção no mercado de trabalho (o que não significa garantia de emprego, mas o “fomento ao empreendedorismo juvenil”, cf. BRASIL, 2006) e à “construção de uma cultura de paz” (UNESCO, 2005). A participação dos jovens, tanto na *formulação* dessas medidas quanto na sua *implementação*, é considerada pedra angular das políticas propostas.

## **2. Juventudes em condição de exclusão social e dificuldades de integração**

Os jovens, percebidos com potencialidades diversas, vivenciam o paradoxo do aumento de sua exclusão social percebida nos altos índices de desemprego, baixa escolarização, envolvimento com drogas, violência e criminalidade. De forma que, o desafio para as políticas públicas envolve recriar outras formas de experiências que promovam tanto a construção de suas identidades, quanto à formação integral dos adolescentes e jovens para a cidadania, baseados na idéia do protagonismo



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional  
**Movimentos Sociais Participação e Democracia**  
11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil  
Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais \_ NPMS

---

juvenil colocando os jovens como colaboradores e participantes do seu processo educativo. Segundo Zaluar (1997),

(...) Acenar apenas para a escolarização, a profissionalização e para oportunidades adequadas no mercado de trabalho é simplificar a questão das drogas, usadas também por grupos profissionais bem-remunerados e prestigiados, como jornalistas e operadores da bolsa de valores, ou por estudantes universitários de famílias prósperas. A grande diferença, e aqui está outra manifestação da desigualdade neste país, é que os usuários pobres não têm o mesmo acesso a serviços de saúde para tratá-los no caso de abuso, nem para defendê-los no caso de problemas com a Justiça. (Zaluar, 1997, p. 89)

As ações políticas devem, com isto, estarem voltadas para superar esta situação descrita por Zaluar (1997), bem como articular projetos e ações que assegurem igualdade de direitos, valorização da diversidade e respostas concretas às demandas recentes da condição juvenil. De fato, a forma como os jovens são percebidos, como atores sociais ou indivíduos em uma fase transitória marcada por conflitos, influência as ações das políticas públicas. Por isso, considera-se importante o conceito de juventude conforme Freitas e Papa (2003, p. 60) “se tomar a idéia de juventude em seu plural – juventudes –, em virtude da diversidade de situações existenciais que afetam os sujeitos”, diferenciando condição, juventude entendida como uma parte do ciclo da vida e de situação juvenil que compreende os diferentes percursos vivenciados pelos indivíduos enquanto jovens.

A exclusão social pela qual passa o jovem deve ser pensada na perspectiva de exclusão apresentada em trabalhos promovidos pela UNESCO (2004), em que esta representa

(...) a falta ou a insuficiência da incorporação de parte da população à comunidade política e social, de tal maneira que lhe nega, formal ou informalmente, os direitos de cidadania (...). (apud Abramovay e Castro, 1999, p. 18)

Falar de exclusão social é mais do que tratar de desigualdade econômica, apesar desta ser um dos pilares que envolvem a problemática da juventude, outros aspectos como os culturais e educacionais devem ser levados em consideração. Para que a condição juvenil supere a situação na qual se encontra, segundo a UNESCO, excluída do contrato social, privada do exercício de sua cidadania, desassistida pelas instituições públicas e por fim, desamparada pelo Estado. Isto porque as políticas de juventude implementadas caracterizam-se por serem reparatórias e compensatórias, classificando e hierarquizando os jovens, em vez de promoverem valores e objetivos sociais que contribuam para a construção de uma identidade juvenil detentora de direitos. Neste sentido, segundo Freitas e Papa (2003),

(...) é fundamental que o conjunto de ações conquistadas, deliberadas no plano das políticas públicas, possibilite a participação social dos interessados – nesse caso, os jovens. Essa conquistas não são concessões do poder público, são conquistas de direitos que incluem deveres e responsabilidades, conquistas no plano dos direitos. (Freitas e Papa, 2003, p. 114)



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional  
**Movimentos Sociais Participação e Democracia**  
11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil  
Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais \_ NPMS

---

O que significa que na tentativa de universalizar pelo discurso as estratégias criadas para lidar com a problemática da juventude nos dias atuais, além de regulamentar e gerenciar esses projetos, as políticas públicas passam a ampliar o acesso dos jovens aos projetos implementados. A exclusão social juvenil, conforme a UNESCO (2004), entendida como um fenômeno complexo e integral vai além da falta de oportunidades de trabalho, sendo preenchida por outras dimensões que estão associadas à crise existente dos tradicionais sistemas de socialização juvenil e à reprodução da pobreza em cada geração.

Por essa razão, defende-se a necessidade de repensar o projeto das políticas públicas existentes e apontar novos direcionamentos em torno da questão juvenil. O Estado toma para si a responsabilidade sobre as dimensões de proteção do indivíduo e sua ação voluntária e sistemática, sobretudo na oferta de educação. Neste momento, as escolas se tornam uma instituição definitivamente obrigatória, universal e fora da intervenção da sociedade civil. O avanço contínuo da escolarização contribui para a definição da infância e da juventude enquanto fase já não mais reduzida a idades culturais, mas, entendidas como uma categoria administrativa contendo fortes diferenças sociais.

Somado a isto, tem-se a desorganização das funções do Estado enquanto responsável pela proteção social juntamente com a crise do modelo educativo de socialização dos valores, das normas e da cultura, bem como a própria ordem moderna que se torna obsoleta. O envelhecimento postergado que transforma a juventude em modelo cultural e os meios de comunicação em massa que nada, mas fazem do que serem veículos de propagação do consumo e juvenização. Tudo isto, contribui para formar um novo significado sobre a juventude que emerge aparentemente a partir desse conjunto de transformações.

### **3. A juventude como uma questão social**

A juventude tem sido apreendida, enquanto categoria de análise, como símbolo dos dilemas da atualidade. A consequência disto é que a juventude passa a ser percebida, tanto na opinião pública quanto nas produções acadêmicas, como um “problema social”. No imaginário social, os jovens têm personificado a idéia de ameaça para si mesmos e para a sociedade<sup>1</sup>.

Desse modo, a forma de problematizar a juventude mesmo nos espaços acadêmicos envolve uma preocupação com a integração normativa, tendo em vista as demandas de ordenamento da sociedade. É neste sentido que a ênfase dada pela sociologia funcionalista, ou até mesmo de quase toda a sociologia, preocupada com a temática da juventude, recai sobre os processos de socialização

---

<sup>1</sup> Essa personificação do jovem como sujeito perigoso, capaz de gerar uma ruptura com a continuidade social, existe “seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social –, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameaça romper com as transformações da herança cultural.” (ABRAMO, 2007, p. 79).



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional

**Movimentos Sociais Participação e Democracia**

11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil

Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais \_ NPMS

vivenciados pelos jovens. A reflexão sobre a juventude acaba assumindo o caráter de uma problematização moral.

Essa lógica promove a imagem do jovem, sobretudo do jovem pobre, apreendido em uma condição quase natural de vulnerabilidade e risco. A consequência direta é a promoção de uma visibilidade dos segmentos juvenis que contribui para o agravamento do clima de insegurança social, desencadeando uma espécie de pânico moral<sup>2</sup> e movendo uma racionalidade política baseada na idéia de inclusão normativa. Trata-se de uma racionalidade articulada pela percepção de que a juventude configura-se como um *vir a ser*<sup>3</sup>, ou seja, apreende a condição juvenil em sua negatividade<sup>4</sup>.

Curiosamente, esse entendimento contribui para, simultaneamente, pensar os jovens como objetos e como sujeitos da política. As estratégias efetivadas ora tomam os jovens como público alvo privilegiado das intervenções, ora pressupõem que os próprios jovens articulem conceitos e sentidos pertinentes a seus interesses e opiniões, tornando-se atores dos processos de formulação e implementação das políticas. Fica evidente, então, que construir um conceito em torno da categoria juventude não é uma tarefa fácil.

A juventude<sup>5</sup> não pode ser conceituada apenas como uma etapa com um fim predeterminado e tão pouco como um momento de preparação que será superado com a vida adulta. Isso significa afirmar também que a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação; um momento da vida na qual existe uma diversidade de experiências, mudanças e expectativas agregadas a variados sentidos e significados atribuídos pelos próprios jovens. A juventude não é um dado, mas uma construção social e histórica. E nesse caso, a condição juvenil é vista como um processo, um constante tornar-se por si mesmo, no qual o ser se forma como sujeito à medida que se constitui como jovem e desenvolve suas potencialidades.

Para tornar mais clara essa tomada de posição, vale a pena destacar um fragmento da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo sobre o *Perfil da Juventude Brasileira*<sup>6</sup>, no qual é possível observar as preocupações dos jovens, bem como sua percepção do que significa ser jovem na atualidade (ver Gráfico 1).

<sup>2</sup> O conceito de pânico moral aqui trabalhado é o trabalhado pela autora Helena W. Abramo em relatório apresentado pela UNESCO (2007).

<sup>3</sup> “Torna-se necessário colocar em questão essas imagens, pois quando arraigados nesses “modelos” socialmente construídos, corremos o risco de analisar os jovens de forma negativa, enfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de “ser jovem”. Dessa forma, não conseguimos apreender os modos pelos quais os jovens, principalmente se forem das camadas populares, constroem as suas experiências.” (DAYRELL, 2007, p. 156-157).

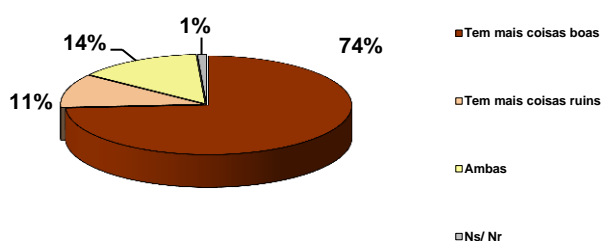
<sup>4</sup> Portanto, o emergente espaço das ações (voltadas aos jovens) ainda se inscreve na lógica de um consenso dominante: as iniciativas públicas devem prevenir ou conter a violência e as condutas de risco de jovens de camadas populares. Defensores dos novos direitos consagrados pelo ECA, atores que na vida pública dedicam-se aos adolescentes privados de direitos, ainda são identificados como parte do campo de significados recobertos pela idéia de violência e de vulnerabilidade (SPOSITO; SILVA; SOUZA, 2006, p. 225).

<sup>5</sup> Nesse trabalho, tomamos como ponto de partida o entendimento de Freitas e Papa (2003, p. 60) para os quais deve “se tomar a idéia de juventude em seu plural – juventudes –, em virtude da diversidade de situações existenciais”.

<sup>6</sup> Trata-se de um levantamento quantitativo realizado em áreas urbanas e rurais de todo o território nacional, junto a jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos e de todos os segmentos sociais. Os dados foram colhidos em novembro e dezembro de 2003.

**Gráfico 1 - Percentual sobre a existência de mais coisas boas ou ruins em ser jovem**

Total Brasil



Fonte: *Projeto Juventude/Instituto Cidadania*, com a parceria do *Instituto de Hospitalidade* e do *SEBRAE*

Contrariamente à percepção dos jovens entrevistados, para os quais *ser jovem* apresenta-se como um condição positiva, desde os anos 1950, a juventude é apresentada comumente como um problema face à sua predisposição para a transgressão e a delinquência. Contradição aparente, mas que evidencia a ambivalência que atravessa a compreensão da experiência juvenil.

Mas, curiosamente, as representações que fornecem densidade à idéia da juventude como uma fase da vida turbulenta e difícil tem gozado de estatuto privilegiado nas análises. Mesmo após um breve período em que a juventude foi apreendida como símbolo de resistência e engajamento político, as associações negativas relativas à condição juvenil retornam com força, sobretudo, no final dos anos 1980. Neste momento, o problema relativo à juventude relaciona-se com sua suposta incapacidade de sustentar ideais políticos, associando-se com os fenômenos do individualismo, da fragmentação e, agora mais do que nunca, com a violência.

É justamente nesse cenário que o discurso governamental passa a apontar para a defesa da noção de protagonismo juvenil, bem como a possibilidade dessa noção construir uma política pública capaz de efetivamente solucionar os problemas relativos à condição juvenil na atualidade<sup>7</sup>.

#### 4. Protagonismo Juvenil: perspectivas de análise

A tematização do protagonismo juvenil em pesquisas realizadas no âmbito acadêmico enfoca a ação de Projetos e Programas que em seus objetivos apresentam o protagonismo como um dos focos de atuação e relaciona os problemas enfrentados pelos jovens referentes a educação, trabalho, renda, convívio familiar e violência. Comumente, as pesquisas vêm acompanhadas de críticas em

<sup>7</sup> Segundo Souza (2008), pode-se afirmar que “o protagonismo juvenil seja um discurso que visa suscitar no jovem a necessária motivação para ser integrado, na medida em que manifesta uma suposta posição de destaque da juventude diante do objeto de certa mudança social, e apela ao “sentir-se útil” ou à valorização do indivíduo que se propõe a fazer coisas, base das “novas formas” de política.” (SOUZA, 2008, p. 10).



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional  
**Movimentos Sociais Participação e Democracia**  
11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil  
Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais \_ NPMS

---

torno da estigmatização dos jovens produzida a partir dos percentuais de violência, criminalidade e homicídios que envolvem os diversos segmentos juvenis.

Para autores como Maria Eleonora D. Lemos Rabêllo, a discussão parte da conceituação da palavra protagonismo, privilegiando suas origens etimológicas. Parte-se, portanto, da perspectiva que o protagonismo juvenil parte do princípio que o adolescente ou jovem possui capacidade política de um cidadão.

Esta questão também é abordada por Rudá Ricci para quem a condição de cidadania da juventude exige que os projetos de promoção do protagonismo juvenil apresentem uma dimensão pedagógica e tenha por objetivo a construção de espaços de aprendizagem dos atos e processos de negociação cidadã. Para Rucci (2009), portanto, o tratamento do protagonismo juvenil refere-se a um projeto pedagógico participativo, sustentado por um novo estatuto político do jovem.

Outro estudo relevante foi produzido por Antônio Carlos Gomes da Costa<sup>8</sup>, tornou-se referência para as principais organizações que preconizam o protagonismo juvenil, tendo em vista reunir em seus escritos noções e objetivos que compõem o protagonismo, além de trazer os principais deslocamentos e operações desse discurso. No seu trabalho de maior expressão intitulado *Protagonismo Juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democrática*, o protagonismo aparece como responsável pela promoção de formas de "participação autêntica", ou seja, o protagonismo pressupõe, a criação de espaços e de mecanismos de escuta e participação.

O protagonismo juvenil parte do pressuposto de que o que os adolescentes pensam, dizem e fazem pode transcender os limites do seu entorno pessoal e familiar e influir no curso dos acontecimentos da vida comunitária e social mais ampla. Em outras palavras, o protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política onde estão inseridos. Nesse sentido, participar para o adolescente é envolver-se em processos de discussão, decisão, desenho e execução de ações, visando, através do seu envolvimento na solução de problemas reais, desenvolver o seu potencial criativo e a sua força transformadora. Assim, o protagonismo juvenil, tanto como um direito, é um dever dos adolescentes. (COSTA, 1997/98, p.65)

Nesse sentido, para Costa (2000), o protagonismo é um processo e uma conquista gradual. Suas análises produziram transformações significativas na forma de perceber a juventude sobre o lócus do protagonismo. Em suas publicações o enunciado protagonismo juvenil pôde fixar-se em um campo conceitual.

As experiências que priorizam a participação dos jovens como protagonistas do seu processo de desenvolvimento demonstram ser, para esse autor, alternativas eficientes para superar a vulnerabilidade dos jovens, tirando-os do ambiente de incerteza e insegurança. Para tanto, qualquer projeto que tenha por objetivo incentivar ou promover o protagonismo juvenil deveria partir do

---

<sup>8</sup> Costa (1997/98), pedagogo, atualmente o presidente da Modus Faciendi e consultor independente da NICEF e da OIT. No decorrer de sua atuação profissional foi responsável pela administração da Febem, de Ouro Preto e do Estado de Minas Gerais. Trabalhou como perito no Comitê dos Direitos da Criança da ONU, em Genebra (Suíça) e participou, no Brasil, do grupo de redação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.





Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional  
**Movimentos Sociais Participação e Democracia**  
11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil  
Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais \_ NPMS

---

princípio que o adolescente ou jovem possui capacidade política de um cidadão. É esse entendimento que tornaria possível o jovem desempenhar o seu papel de protagonista e cidadão, tendo em vista que participará do jogo de forças articulatórias de políticas públicas diretamente, na posição de grupo juvenil específico. Esta, talvez, seja a questão teórica a merecer um aprofundamento inicial: a peculiaridade da cidadania juvenil.

Além do compromisso ético, a opção pelo desenvolvimento de propostas, que tenham por base o protagonismo juvenil, exige do educador uma clara vontade política da sua parte, no sentido de contribuir- através do seu trabalho- para a construção de uma sociedade, que respeite os direitos de cidadania e aumente progressivamente os níveis de participação de sua população. (COSTA, 1997/98, p. 115).

A cidadania, desta forma, pressupõe direitos universais, de onde emerge um ser político, que decide sobre o seu destino e o de sua coletividade. Com isto, o sujeito possui o direito de participar do processo de elaboração de políticas contribuindo para a construção de referenciais normativos apoiados no que os jovens demandam para auxiliar no combate a condição de exclusão e quem sabe superar o paradoxo da inclusão/excludente na qual estão inseridos.

Outra concepção acerca do protagonismo juvenil foi elaborada por Miriam Abramovay<sup>9</sup>, em texto publicado pela UNESCO (2005), defende que o protagonismo juvenil é parte de um método educacional voltado para a cidadania, buscando o desenvolvimento de atividades centralizadas nos jovens e valorizando sua participação<sup>10</sup>. Para ele, é a ênfase dada ao jovem durante as atividades o fator que permite a construção de sentidos positivos para sua vida, mediante a elaboração de projetos de vida, ao mesmo tempo em que são trabalhados valores éticos, como os de solidariedade e responsabilidade social<sup>11</sup>.

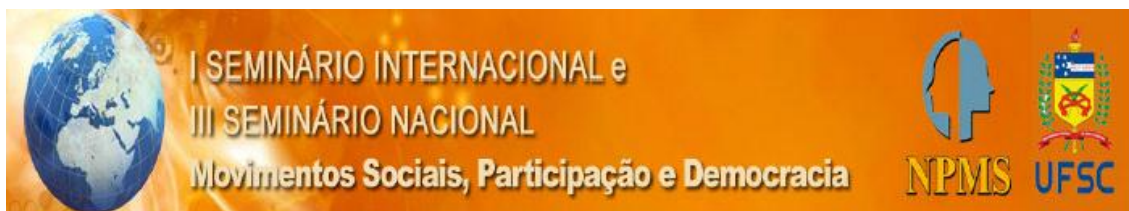
Suas análises são importantes, pois seus estudos defendem a hipótese de que a violência juvenil possui um forte vínculo com a condição de vulnerabilidade dos jovens. Desta forma, Abramovay, entende que tal situação dificulta o seu acesso às estruturas de oportunidades disponíveis nos campos da saúde, educação, trabalho, lazer e cultura. E defende que, apontar soluções para os problemas com a exclusão, desigualdades sociais, discriminações e a violência vivenciados pelos jovens implica em assumir um postura desafiadora com a defesa de uma efetiva valorização do protagonismo juvenil<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> Atualmente Miriam Abramovay, socióloga, é coordenadora do Setor de Pesquisas da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA; coordenadora e professora do Curso “Juventude, Diversidade e Convivência Escolar”, proveniente de uma parceria entre a RITLA e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

<sup>10</sup> Mary Castro (2001), por sua vez, propõe uma outra dimensão a problemática da juventude ao associar a dimensão do protagonismo juvenil com o gerenciamento da própria vida. Para ela, o conceito de protagonismo ao pretender qualificar a democracia o faz numa dupla perspectiva: protagonismo com um sentido gerenciar, remetendo para um determinado ciclo da vida, como é o caso do protagonismo juvenil, e protagonismo voltado para um contexto histórico específico.

<sup>12</sup> “A expressão de tais particularidades pressupõe serem componente de uma democracia participativa em que se atente para os desafios da modernidade – incorporação de novas tecnologias na educação, construção de valores éticos,



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional  
**Movimentos Sociais Participação e Democracia**  
11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil  
Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais \_ NPMS

---

A expressão de tais particularidades pressupõe serem componente de uma democracia participativa em que se atente para os desafios da modernidade – incorporação de novas tecnologias na educação, construção de valores éticos, exercício da crítica social contra exclusões – a fim de lidar com a vulnerabilidade social de forma inovadora, tendo como referência o capital cultural e social relacionado ao protagonismo juvenil. (Abramovay, 2002, p. 78)

Por um lado, o cenário complexo que permeia a relação juventude e violência pode ser esclarecido, a partir da associação da vulnerabilidade com a desigualdade social e a segregação juvenil. Por outro lado, tal relação é fruto de uma deficitária educação somada à ausência de maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho e nos demais espaços sociais. O que indicaria em sua perspectiva um tipo de abordagem na qual os processos educativos seriam mobilizadores de capital social e cultural. Essa seria uma das razões pelas quais muitos jovens ficariam<sup>13</sup>.

Assim, a produção da segregação de jovens em condição de vulnerabilidade se daria pela combinação de fatores que os colocaria à margem da participação democrática e se iniciaria com a carência de modelos que vinculassem esforços a êxitos e possibilitassem uma formação ética com valores de solidariedade. A construção de identidades sensíveis à diversidade cultural e aos compromissos da cidadania, bem como o fortalecimento da auto-estima estaria ainda associado à existência de um sentimento forte de pertencimento.

Vale ressaltar, também, a posição de uma das mais importantes referências no estudo acadêmico sobre a juventude brasileira na atualidade: a professora e pesquisadora Marília Pontes Sposito. Em uma publicação feita pela editora Ação Educativa, Sposito traça um retrato da situação dos jovens brasileiros, frente às políticas públicas que incorporam a juventude em sua esfera de ação.

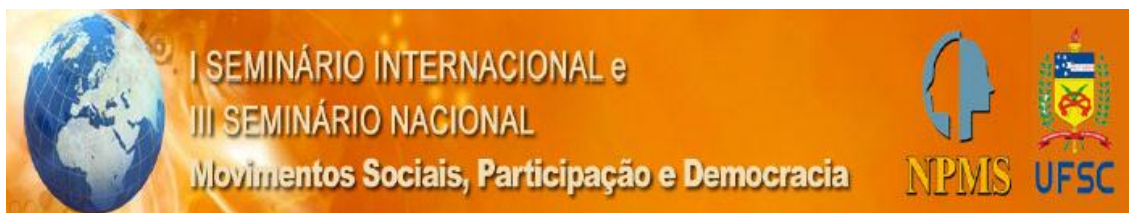
Para Sposito (2007), a idéia de protagonismo juvenil nos programas desenvolvidos com jovens e adolescentes é “uma das modalidades de inovação empreendida pelas ONGs. Essa expressão buscou identificar um modo diverso de trabalho com a população destinatária dos programas sociais, de modo a trazê-las para uma condição diferente da de mero usuário.” (Sposito, 2007, p. 31).

Sposito (2003) destaca ainda que a questão seja a formulação de projetos para a juventude, o modo como se concebe a participação dos jovens e o reconhecimento de sua capacidade de ação, individual ou coletiva. A autora concorda com Castro (2002) que o protagonismo, dentro desses programas, passou a ter um uso nitidamente instrumental, quando o que deveria se buscar para compor os projetos e programas seria a dimensão crítica do termo protagonismo. Desta forma, para

---

exercício da crítica social contra exclusões – a fim de lidar com a vulnerabilidade social de forma inovadora, tendo como referência o capital cultural e social relacionado ao protagonismo juvenil.” (Abramovay, 2002, p. 78)

<sup>13</sup> “Relegados às influências que nascem de sua interação cotidiana nas ruas, com outros que partilham das mesmas carências quando não são atraídos pelo mundo do crime e das drogas, inclusive por seus símbolos e práticas autoritárias de imposição de poder, ou de protagonismo negativo.” (Abramovay, 2002, p. 56)



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional  
**Movimentos Sociais Participação e Democracia**  
11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil  
Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais \_ NPMS

---

Sposito (2003), o protagonismo deveria se configurar como uma estratégia dos grupos juvenis para realizar uma crítica em torno das propostas pedagógicas e dos projetos que lhe são endereçados. Pois, caso contrário, o termo apenas reforçaria as imagens já em curso, na história das políticas de juventude de nosso País, para caracterizar sua situação de perigo social. Em sua análise,

dois conceitos estão presentes em documentos de órgãos do governo federal e nos das ONGs, principalmente quando se referem a projetos e programas fortemente destinados à juventude: *protagonismo juvenil e jovens em situação de risco social*. Aliás, estas foram idéias marcadas mais por apelo social do que conceitos baseados em diagnósticos sociais e reflexões analíticas sobre o tema da juventude. Na grande maioria dos casos, representaram simplificações facilitadoras do entendimento de realidades socioculturais complexas e também códigos de acesso para financiamentos públicos orientados por uma tão nova quanto débil conceituação de proteção social e cidadania participativa. Estimular o protagonismo juvenil, expressão tantas vezes encontrada em textos de projetos variados, parece ser auto-explicativa até o momento em que nos perguntamos sobre o seu verdadeiro significado. (SPOSITO e CARRANO, 2009, p. 289-90, grifo dos autores).

Diante desta variedade de representações e sentidos dados ao termo protagonismo questionamos a possibilidade de sua aplicabilidade tendo em vista que se os documentos oficiais que regulamentam os projetos e programas destinados aos jovens associam o termo a prática cidadã, como ficará a oferta de métodos pedagógicos adequados a promoção deste protagonismo junto a juventude. E indo mais além, conforme os instrumentos e concepções acerca da juventude presentes nas ações das políticas públicas, reinteirando o que fora expresso por Sposito e Carrano (2009) na citação acima, indagamos sobre qual seria o significado do protagonismo para estas políticas, pois, na medida em que estamos cientes do conceito atribuído ao termo poderemos vislumbrar que tipo de sujeitos cidadãos o governo pretende formar através do uso do protagonismo como base articulatória entre política e ação juvenil.

## 5. Considerações Finais

Nesta pesquisa, buscamos refletir sobre os discursos em torno da juventude apreendida como alvo de intervenção das políticas públicas. Mais especificamente, procuramos compreender como o discurso do protagonismo juvenil emerge como solução aos problemas enfrentados, pelas políticas de juventude, para sua inclusão social nos marcos de uma cidadania ativa.

A preocupação em formar os jovens como protagonistas atuantes em suas comunidades, assumindo o papel de agentes multiplicadores parecia-nos, a princípio uma proposta significativa para reverter os índices de exclusão e marginalidade a que estão sujeitos os grupos juvenis, sobretudo aqueles situados nas periferias urbanas. Não obstante, percebemos como o discurso do protagonismo vem hegemonizando diferentes instancias sociais que lidam com as questões da juventude: as produções acadêmicas, as ONGs, a mídia e as próprias políticas públicas. O que nos permite concluir



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional  
**Movimentos Sociais Participação e Democracia**  
11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil  
Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais \_ NPMS

---

que o discurso do protagonismo tem funcionado como uma espécie de paradigma articulando os sentidos em disputa no campo político relativo às questões juvenis na atualidade. Esse paradigma permite que o jovem protagonize, simultaneamente, o papel de objeto a ser protegido pelas políticas públicas, mas também o papel de sujeito de direito. Entendendo-se, nesse último caso, que ser sujeito é seguir o modelo liberal/produtivista de cidadania, no qual os indivíduos são pensados como seguidores das normas e cumpridores das leis.

Obviamente, no decorrer de nosso estudo nos deparamos com a existência de uma diversidade de usos para o termo protagonismo juvenil. Apesar disso, constatamos também certa homogeneização na forma de lidar com as identidades juvenis. Isto ocorre, na medida em que os jovens, alvos do discurso protagonista, tendem a caracterizar suas identidades sob o signo da falta, da precariedade e da periculosidade, contribuindo para a veiculação de orientações normativas conservadoras que podem na prática, inviabilizar a formação que se pretende dos jovens a partir do campo do direito.

Logo, uma segunda conclusão desponta dessa investigação. O protagonismo, tal como vem sendo articulado pelas políticas governamentais, indicam um reforço das estratégias formativas que visam à produção de identidades normalizadas, posto que a visão de educação que se extrai dessas intervenções é a de uma educação predominantemente moral e baseada na expectativa de adaptação à ordem social.

Desta forma, é possível questionar a efetividade dos resultados, entendendo que o discurso do protagonismo visa uma forma de atuação dos jovens não apenas reativa aos problemas existentes, mas uma atuação que caminhe na mobilização dos diferentes grupos juvenis para uma articulação em que suas demandas sejam colocadas com autonomia no espaço público, gerando formas concretas de participação social.

O discurso do protagonismo juvenil se constitui e é constituído de elementos que não são pré-existentes ao complexo relacional, mas se constituem através deles. Portanto, as identidades juvenis são constituídas a partir de ordens discursivas disputando sentidos, entre os variados espaços sociais.

## 6. Referências Bibliográficas

ABRAMOWAY, Mirian. **Gangues, galeras, chegados e rappers**. Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Gramond, 1999.

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. (Orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo : Cortez : Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação : Fundação Friedrich Ebert, 2003.



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional  
**Movimentos Sociais Participação e Democracia**  
11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil  
Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais \_ NPMS

---

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. **A criança e o adolescente no cenário de redemocratização: representações sociais em disputa.** 2001. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

SALLAS, Ana Luisa Fayet; BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Por uma Sociologia da Juventude – releituras contemporâneas.** In: RAUD-MATTEDI, Cécile (Org.). **Políticas & Sociedade. Revista de Sociologia Política.** v. 5, n. 8, Florianópolis : Cidade Futuras, 2006.

UNESCO, **Política públicas de/para/com juventude.** Brasília : UNESCO, 2004

ZALUAR, Alba. **Exclusão e Políticas Públicas - Dilemas Teóricos e Alternativas Políticas.** In Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 12, n.35, SP, Fev. (1997).